



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BERILO-MG**  
**ADM: 2017 a 2020**

Ofício n.: 0131/2017

Serviço: Gabinete do Prefeito

Assunto: Projeto de Lei de Operação de Crédito

Berilo, 04 de setembro de 2017.

À

CÂMARA MUNICIPAL DE BERILO

DD. Joveliano dos Santos Romão – Presidente

Berilo – MG.



Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação da Câmara Municipal de Berilo, o PROJETO DE LEI ORDINÁRIA AUTORIZATIVA – BDMG MAQ 2017, no valor de **R\$ 1.200.000,00 (Hum milhão e duzentos mil reais)**, tendo em vista a necessidade de Aquisição de 04 (quatro) Equipamentos:

1. 01 Caminhão 0km – Veículo Equipado com Bâscula de 10m3;
2. 01 Caminhão 0km – Veículo Equipado com Tanque Pipa para 10.000,00 litros;
3. 01 Caminhão 0km Equipado com Coletor de Lixo para 15m3;
4. 01 Compactador de Solo Vibratório Novo – Motor Diesel;

Comunicamos que o BDMG – Agente Financiador emitiu em 16 de agosto o TERMO DE HABILITAÇÃO, para contratação do crédito, cuja Lei Autorizativa deverá ser enviada até 29/09/2017, nos termos do cronograma integrante do Edital em anexo. **Em anexo segue o Edital de Financiamento com todas as condições para a devida contratação.**

Por fim, ressaltamos ser de imprescindível importância a aprovação deste projeto, cujos equipamentos atuarão de forma integrada, proporcionando à nossa população rural e urbana melhores condições de dignidade, com transporte, saúde, agricultura e abastecimento de água e saneamento básico de qualidade.

Atenciosamente,

  
Lázaro Pereira Neves

**Prefeito Municipal de Berilo**

Praça Dr. Antônio Carlos, 85 – Berilo – MG. – Cep: 39.640-000 – Tel.: (33) 3737-1211  
C.N.P.J.: 17.700.758/0001-35

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA AUTORIZATIVA – BDMG MAQ 2017**

*Projeto de lei nº: 011/2017.*

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE BERILO-MG A CONTRATAR COM O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S/A – BDMG, OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM OUTORGA DE GARANTIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de BERILO-MG, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica o Chefe do Executivo autorizado a celebrar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG, operações de crédito até o montante de R\$ 1.200.000,00 (HUM MILHÃO E DUZENTOS MIL REAIS), destinadas à **aquisição de máquinas e equipamentos** observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

**Art. 2º** - Fica o Município autorizado a oferecer a vinculação em garantia das operações de crédito, por todo o tempo de vigência dos contratos de financiamento e até a liquidação total da dívida, sob a forma de Reserva de Meio de Pagamento, das Receitas de Transferências oriundas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, em montante necessário e suficiente para a amortização das parcelas do principal e o pagamento dos acessórios da dívida.

**Parágrafo Único** - As receitas de transferências sobre as quais se autoriza a vinculação em garantia, em caso de sua extinção, serão substituídas pelas receitas que vier a serem estabelecidas constitucionalmente, independentemente de nova autorização.

**Art. 3º** - O Chefe do Executivo do Município está autorizado a constituir o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG como seu mandatário, com poderes irrevogáveis e irreatáveis, para receber junto às fontes pagadoras das receitas de transferências mencionadas no *caput* do artigo segundo, os recursos vinculados, podendo utilizar esses recursos no pagamento do que lhe for devido por força dos contratos a que se refere o artigo primeiro.

**Parágrafo Único** - Os poderes mencionados se limitam aos casos de inadimplemento do Município e se restringem às parcelas vencidas e não pagas.

**Art. 4º** - Fica o Município autorizado a:

- a) participar e assinar contratos, convênios, aditivos e termos que possibilitem a execução da presente Lei.
- b) aceitar todas as condições estabelecidas pelas normas do BDMG referentes às operações de crédito, vigentes à época da assinatura dos contratos de financiamento.
- c) abrir conta bancária vinculada ao contrato de financiamento, no Banco, destinada a centralizar a movimentação dos recursos decorrentes do referido contrato.

d) aceitar o foro da cidade de Belo Horizonte para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução dos contratos.

**Art. 5º** - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

**Art. 6º** - Os orçamentos municipais consignarão, obrigatoriamente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

**Art. 7º** - Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos especiais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes das operações de crédito ora autorizadas.

**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

  
LÁZARO PAREIRA NEVES  
PREFEITO MUNICIPAL

Aprovado em 2ª Discussão

Por unanimidade

Sala das Sessões 14 / 09 20 17

Pl. Vani G. Mendes  
RUBRICA DO PRESIDENTE

## **TERMO DE HABILITAÇÃO**

Comunicamos que o Município **Berilo** foi habilitado no Programa BDMG MUNICÍPIOS 2017, do BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS – BDMG, para pleito de financiamento no valor de **R\$1.200.000,00** na linha **BDMG MAQ.**

O próximo passo é o envio da Lei Autorizativa e demais documentos do financiamento ao BDMG de acordo com o modelo.

Esclarecemos que a contratação do financiamento está condicionada à:

- Enquadramento da operação de crédito nos limites e condições estabelecidos pela legislação vigente, nos termos da Portaria nº 413/2016 do Ministério da Fazenda
- Capacidade de endividamento do proponente
- Análise de crédito e risco do município de acordo com os critérios do BDMG.
- Regularidade cadastral do município.

São impeditivas à contratação e liberação de recursos as pendências cadastrais no SIAFI/MG, CADIP, FGTS, Receita Estadual e Receita Federal.

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2017.



Gerência de Negócios com Setor Público  
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.

Emilio Rodrigues Botelho  
Gerente de Negócios  
Setor Público

**Carta Consulta****DADOS DO MUNICÍPIO**

MUNICÍPIO: BERILO

POPULAÇÃO: 12307

NOME DO PREFEITO: LÁZARO PEREIRA NEVES

Nº DA CARTEIRA DE IDENTIDADE DO PREFEITO: M1791054

ENDEREÇO DA PREFEITURA:

PRAÇA DR. ANTONIO CARLOS, 85 - CENTRO - BERILO - MG.

TELEFONE PARA CONTATO COM PREFEITO: (33) 8701-0870

**DADOS DA PESSOA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO**

NOME DO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO:

LUCIANO SIMOES LOPES

CARGO: GESTOR MUNICIPAL DE CONVENIOS

TELEFONE: (33) 8831-2190

E-MAIL: CONVENIOPMBERILO@GMAIL.COM

**DADOS DA INSCRIÇÃO**

Número da inscrição: 877

**INVESTIMENTOS**

Produto	Desembolso em 2017	Total de financiamentos solicitados
BDMG MAQ	R\$ 1.200.000,00	
BDMG URBANIZA		
BDMG CIDADES		
BDMG SANEAMENTO		
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.200.000,00</b>	<b>R\$ 1.200.000,00</b>

**DESCRIÇÃO DOS INVESTIMENTOS**

BDMG MAQ

01 CAMINHAO - 0KM - VEICULO EQUIPADO COM BASCULA DE 10 M3; 01 CAMINHÃO - 0KM - VEICULO EQUIPADO COM TANQUE PIPA PARA 10.000 LITROS; 01 CAMINHAO - 0KM - VEICULO EQUIPADO COM COLETOR DE LIXO PARA 15M3. 01 COMPACTADOR VIBRATÓRIO NOVO- MOTOR DIESEL.

BDMG URBANIZA

BDMG CIDADES

BDMG SANEAMENTO

Assinatura do Prefeito

  
**Lázaro Pereira Neves**  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE HABILITAÇÃO 2017**  
**LINHA DE FINANCIAMENTO BDMG URBANIZA**

**PROCESSO DE HABILITAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM CLIENTES DO SETOR PÚBLICO PARA O FINANCIAMENTO DE OBRAS INFRAESTRUTURA COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO BDMG**

**REGRAS GERAIS**

**1. OBJETIVO**

Regulamentar o processo de habilitação do exercício de 2017 para contratação de operações de crédito com o Setor Público Municipal.

**2. CONDIÇÕES GERAIS DAS LINHAS DE FINANCIAMENTO**

I- Para as Linhas de Financiamento disponibilizadas pelo BDMG em 2017, quais sejam, BDMG Cidades, BDMG MAQ, BDMG Urbaniza e BDMG Saneamento serão contratadas operações de crédito até o limite de R\$ 300 milhões.

Caso o somatório dos financiamentos aptos à contratação ultrapasse os R\$ 300 milhões serão atendidos, prioritariamente, os primeiros aprovados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

II- O município poderá apresentar propostas para todas as Linhas de financiamento disponibilizadas em 2017 desde que o somatório dos pleitos não ultrapasse os limites estabelecidos pelo BDMG para cada município.

**3. BENEFICIÁRIOS**

Poderão submeter projetos:

- Municípios mineiros.
- Empresas públicas municipais mineiras.

**4. LIMITE DE FINANCIAMENTO POR MUNICÍPIO**

O limite de contratação por tomador observará a capacidade de endividamento do município definida pela Legislação Federal.

**Limite de Financiamento por município:**

<b>Faixa Populacional (nº de habitantes CENSO IBGE 2010)</b>	<b>Limite de Financiamento Total</b>
Até 5.000 habitantes	R\$ 1.000.000,00
De 5.001 a 10.000	R\$ 1.500.000,00
De 10.001 a 50.000	R\$ 2.000.000,00
De 50.001 a 100.000	R\$ 3.000.000,00
Acima de 100.000	R\$ 4.000.000,00

Considerando todas as linhas de financiamento contratadas em 2017 (inclusive de outros Editais), o limite por município não poderá exceder a R\$5.000.000,00, excluindo as de repasse do BNDES.

**5. ETAPAS DO EDITAL**

O cronograma dos procedimentos com suas respectivas datas-limite será o seguinte:

	<b>Etapas</b>	<b>Prazo Final</b>
1	Inscrição de carta-consulta	11/08/2017
2	Habilitação pelo BDMG das propostas	18/08/2017
3	Protocolo no BDMG da lei autorizativa para contratação do financiamento	29/09/2017
4	Aprovação da operação de crédito pela Secretaria do Tesouro Nacional	01/12/2017
5	Protocolo no BDMG dos documentos exigidos para o primeiro desembolso do contrato	29/06/2018

**Observações Importantes:**

**ETAPA 1**

- a) O município inscreverá proposta por meio do preenchimento de formulário eletrônico específico que estará disponível no site do BDMG no período de 10/07/2017 a 11/08/2017. Para acessar, consulte: [www.bdmg.mg.gov.br](http://www.bdmg.mg.gov.br).

- b) A inscrição será validada após o recebimento pelo BDMG da carta consulta preenchida e assinada. Esse documento será enviado para o e-mail do município informado no ato do preenchimento do formulário eletrônico.
- c) O BDMG comunicará, por e-mail, o recebimento da carta consulta preenchida e assinada. Esse comunicado do BDMG é o que determinará a conclusão, com êxito, da primeira etapa da inscrição.

## **ETAPA 2**

- a) Após o recebimento e análise da carta consulta, o BDMG emitirá, por e-mail e por meio de correspondência, um comunicado de habilitação do pedido de financiamento do município.
- b) A comunicação formal da habilitação pelo BDMG é condição para o início do processo de aprovação do pedido de financiamento na Secretaria do Tesouro Nacional – STN.
- c) São condições para a habilitação das propostas:
  - Capacidade de endividamento do proponente (os valores a serem financiados deverão estar de acordo com os limites de endividamento previstos na Resolução 43, do Senado Federal).
  - Enquadramento do objeto a ser financiado.
  - Adimplência cadastral e financeira com o BDMG.
  - Inexistência de pendências em projetos anteriores financiados pelo BDMG.

## **ETAPA 3**

- a) A minuta da lei autorizativa a ser votada na Câmara do município para possibilitar a contratação do financiamento será enviada para o e-mail do município juntamente com a comunicação formal de habilitação.
- b) Caso seja necessária qualquer modificação na minuta da lei autorizativa, deverá ser feita uma consulta prévia ao BDMG por meio do envio de e-mail para [bdmgmunicipio@bdmg.mg.gov.br](mailto:bdmgmunicipio@bdmg.mg.gov.br).

- c) O BDMG, após receber a via original da lei autorizativa assinada pelo prefeito, encaminhará e-mail comunicando sobre a conclusão dessa Etapa e com instruções sobre as próximas providências.

#### **ETAPA 4**

- a) A contratação de operações de crédito, por Estados, Distrito Federal e Municípios, incluindo suas Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes, subordina-se às normas da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e às Resoluções do Senado Federal nº 40 e 43, de 2001.
- b) A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF atribuiu ao Ministério da Fazenda a verificação dos limites e condições para a contratação de operações de crédito (art. 32 da LRF).
- c) A documentação exigida pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN – órgão do Ministério da Fazenda, e os procedimentos para a obtenção de parecer favorável à contratação do financiamento estão descritos no Manual disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mip-manual-para-instrucao-de-pleitos>.
- d) O BDMG assessorará o município para que a documentação exigida pela STN seja providenciada com agilidade.

#### **ETAPA 5**

- a) A contratação da operação de crédito está condicionada a:
- Aprovação da operação de crédito pela STN.
  - Capacidade de endividamento do proponente (os valores a serem financiados deverão estar de acordo com os limites de endividamento previstos na Resolução 43, do Senado Federal).
  - Análise de crédito e risco do município de acordo com os critérios do BDMG.
  - Regularidade cadastral do município.

- b) A documentação mínima necessária para análise dos projetos está discriminada na Cartilha de Projetos do BDMG que será oportunamente disponibilizada.
- c) São impeditivas à contratação e liberação de recursos as pendências cadastrais no SIAFI/MG, CADIP, FGTS, Receita Estadual e Receita Federal.
- d) A data de emissão do contrato de financiamento pelo BDMG será considerada para:
  - contagem dos prazos de carência e amortização.
  - cumprimento das exigências da STN para contratação.
  - verificação da regularidade cadastral.
  - capacidade de endividamento do município.

## **ETAPA 6**

- a) O município estará apto a receber o repasse de recursos relativo à primeira medição do investimento financiado após o envio para o BDMG de todos os documentos que compõem o processo.
- b) A lista de documentos necessários para o pagamento das medições será enviada pelo BDMG após o recebimento do resultado do processo licitatório realizado pelo município.
- c) São condições gerais para liberação dos recursos:
  - Autorização formal do BDMG para início de obra.
  - Inexistência de restrição cadastral relevante, a critério do BDMG, relativa ao Município.
  - Entrega ao BDMG da medição resultante das obras, bem como a comprovação de aplicação dos recursos já liberados.
  - Comprovação de regularidade fiscal perante o SIAFI-MG – Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais.
  - Regularidade do Município perante a Receita Federal.
  - Inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério do BDMG, possa comprometer a execução do empreendimento financiado de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização.

- Comprovação de afixação da placa alusiva à colaboração financeira obtida, conforme modelo disponível no site do BDMG, de forma visível no local da realização do projeto financiado.
- O regular andamento da obra de acordo com o cronograma apresentado ao BDMG.

#### **6. AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DE OBRAS:**

O início das obras, com apoio financeiro do BDMG, está condicionado a:

- a) Conclusão favorável da análise do projeto.
- b) Efetivação do contrato de financiamento.
- c) Conclusão do procedimento licitatório de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- d) Adimplência técnica e financeira do município com o BDMG.
- e) Autorização formal do BDMG.

#### **7. OBSERVAÇÕES GERAIS**

A contratação da operação de crédito será cadastrada pelo BDMG no Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público – CADIP, nos termos da legislação em vigor.

## **CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA LINHA DE FINANCIAMENTO BDMG URBANIZA**

### **1. ITENS FINANCIÁVEIS**

#### **I. Mobilidade urbana:**

a) implantação, ampliação e/ou adequação de vias urbanas, consistindo de obras civis, faixas exclusivas, calçadas, ciclovias, praças, sinalização, iluminação pública e abrigos nos pontos de parada de transporte público coletivo urbano de passageiros.

b) pavimentação de vias urbanas já atendidas com serviços de água e esgoto, ou cujos serviços estejam contemplados na proposta.

#### **II. Drenagem urbana:**

a) infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais.

b) contenção de encostas instáveis, recuperação de áreas úmidas (várzeas).

➤ Em projetos de implantação de sistema de drenagem em via com pavimento existente, deverá estar prevista a recomposição do pavimento.

### **2. ITENS NÃO FINANCIÁVEIS**

- I- Pavimentação asfáltica sobre pavimento existente (exemplos: bloquetes, paralelepípedos, blocos intertravados, pedras toscas etc).
- II- Recomposição asfáltica que caracterize manutenção de vias.
- III- Aquisição de material para execução direta da obra.
- IV- Execução direta integral ou parcial da obra.
- V- Pavimentação com blocos pré-moldados com espessura inferior a 8 cm e resistência menor que 35 mpa.

### **3. CONDIÇÕES DO FINANCIAMENTO**

- I- Prazo: Até 72 meses, incluídos até 12 meses de carência
- II- Atualização Monetária: SELIC

- III- Juros: 6% ao ano e, para municípios com IDH-M menor que a média dos municípios do Estado de Minas Gerais (menor que 0,668), os juros serão de 5% ao ano.
- IV- Forma de pagamento: os juros serão pagos mensalmente durante a carência e exigidos juntamente com o principal atualizado durante o período de amortização.
- V- Garantias: caução de receitas de transferências constitucionais de FPM e ICMS
- VI- Será cobrada Tarifa de Análise de Crédito - TAC de 1,0% do valor contratado.